MOÇÃO QUE QUALQUER DELEGADO OU SÓCIO DA PRÓ-ORDEM PODE APRESENTAR NOS CONSELHOS DE TURMA EM QUE PARTICIPE

TOMADA DE POSIÇÃO

Por concursos justos; pela valorização da profissão docente

Os/As docentes convocados/as para reunir neste final do 1.º Período do ano letivo de 2022-2023 rejeitam de forma inequívoca as intenções apresentadas pelo Ministério da Educação no que toca à revisão das normas de concursos e colocação, intenções expressas, nomeadamente, nos documentos apresentados às organizações sindicais representativas. Em concreto, os/as docentes contestam:

- A extinção dos quadros (QA, QE e QZP) e sua substituição por mapas de pessoal (MDAE, MDEnA e MDI), o que, ademais, viola o disposto no ECD;

- A formatação dos futuros QZP (MDI) de acordo com as CIM e áreas metropolitanas;

- A criação de conselhos locais de diretores com competências no recrutamento e afetação de docentes às escolas/agrupamentos;

- O recrutamento, total ou parcial, em função do "perfil de competências";

- A afetação de docentes dos QZP (MDI) e em DACL por conselho local de diretores e não por mobilidade interna de acordo com a graduação profissional;

- A extinção de lugares ao fim de três anos em DACL dos seus titulares;

- A vinculação preferencial no lugar em que o docente está contratado, impedindo que todos os lugares sejam colocados em concurso interno e que a vinculação decorra de concurso, com os docentes, num caso e noutro, ordenados pela graduação profissional;

- A realização de concurso interno apenas de cinco em cinco anos e não anualmente, como deve ser.

Para além do acima contestado, os/as docentes, proclamando uma enérgica exigência de respeito e reclamando a inadiável criação de condições de atratividade da sua profissão, reivindicam, como tem vindo a ser feito pelas organizações sindicais, a rápida abertura de processos negociais com vista à:

- Contagem integral do tempo de serviço para efeitos de carreira;

- Extinção das vagas na progressão e das quotas na avaliação;

- Manutenção da paridade com a carreira técnica superior;

- Eliminação da precariedade laboral na profissão;

- Aprovação de um regime específico de aposentação que permita, também, o rejuvenescimento do corpo docente;

- Regularização dos horários de trabalho;

- Alteração do regime de mobilidade por doença recentemente imposto.

Os/as docentes instam os responsáveis do Ministério e do Governo a ouvir as justas reclamações que subscrevem nesta tomada de posição; manifestam, por outro lado, disponibilidade para a luta que for necessária, caso o Ministério insista em tão negativas intenções em relação aos concursos e em continuar a negar a necessária valorização da profissão e dos profissionais docentes.

Posição aprovada POR MAIORIA/POR UNANIMIDADE. [Riscar o que não interessa.]

Escola/Agrupamento: _____

Reunião para a qual foram convocados/as os docentes:

Conselho de Turma do _____º ___

Conselho de Docentes da/o _____

Outra: _____ [Especificar.]

Colegas,

Esta é a **proposta de texto para aprovação e envio como tomada de posição** em reuniões convocadas para o final do 1.º Período.

Depois de aprovada deve ser enviada para:
- Ministro da Educação;
- Secretário de Estado da Educação;
- proordem@mail.telepac.pt para que tomemos conhecimento.

- A página do ME tem uma aplicação para entrar em contacto por correio eletrónico, ou para o ministro ou para o secretário de Estado, que poderemos usar.